



RNAmensageiro

# Edição Extraordinária

V Congresso da USP - Material das Chapas

02 / 2008 - Abril

## Editorial:

Após três RNAm seguidos com textos sobre o Congresso, a gestão Migração lança esse RNAm especial com o material das duas chapas que concorrem as eleições para delegados nos dias 19, 20 e 21 de maio. Esperamos que esse debate contribua com as discussões e a ampla participação da biologia neste congresso que é tão importante para a Universidade.

Para conhecer os outros textos sobre o congresso basta acessar o **n o s s o b l o g** : <http://cabiousp.blogspot.com> e clicar nos links dos RNAm antigos. Portanto se informe, participe e vote na chapa que corresponda às suas idéias. As urnas estarão abertas todos os dias das 12hrs as 21hrs e no dia 21 até as 18hrs no CD e junto com a eleição para delegados, estaremos também organizando o plebiscito destinado a toda a comunidade do IB (professores e funcionários estão convidados!) sobre o curso de licenciatura à distância e sobre o Centro de Produção Digital. Portanto não fique de fora e faça valer sua opinião

**SPHNCABio - Gestão Migração**



## ÍNDICE

**Chapa Romper o Dia e anunciar a primavera .....02**

**Chapa construção .....04**

# Chapa: Romper o Dia e anunciar a primavera!

## O V Congresso da USP: da universidade que temos à universidade que queremos

No ano passado, os estudantes, funcionários e professores resolveram construir um Congresso unificado da USP, que pudesse refletir a necessidade de democratização da universidade. O V Congresso se contrapõe ao poder centralizado e impermeável do Conselho Universitário, e será um espaço de elaboração de propostas para transformar a universidade pública. É inédito que um Congresso organizado por ADUSP (Associação dos Docentes da USP), SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP), DCE (Diretório Central dos Estudantes) e APG (Associação dos Pós-Graduandos) tenha sido incluído no calendário oficial da Reitoria. Esta é uma das conquistas da ocupação da Reitoria, que amplia a legitimidade do Congresso para o fortalecimento do debate democrático dentro da USP. Considerando que os poderes oficiais da universidade evitam ao máximo transparecer suas decisões e que as estruturas de poder da USP são extremamente hierárquicas, o V Congresso pode ser a oportunidade de mudarmos a universidade através da organização coletiva. Para esta transformação se concretizar, é preciso fortalecer a defesa de uma Estatuinte Democrática e Soberana na USP, que possa alterar a estrutura da universidade, fortalecendo sua função social e pública.

## Todo o Poder para poucos...

Hoje a Universidade Pública no Brasil está sujeita a diversos interesses particulares que desvirtuam o seu caráter público. As estruturas de poder da USP, por exemplo, são extremamente hierárquicas e comandadas por uma casta de professores titulares muito poderosos. O Conselho Universitário (Co) é a instância máxima de decisão da universidade, e a Lei de Diretrizes e Bases determina que os Conselhos das universidades públicas devem contar com 70% de professores. Na USP, o Co é composto por 85% de professores, sendo que a esmagadora maioria é de professores-titulares. Ou seja, a USP é mais anti democrática do que a Lei. Isso faz da nossa universidade uma oligarquia, já que seu funcionamento está sujeito ao poder de poucos privilegiados. Nós nem sequer escolhemos quem será o próximo Reitor: esta escolha é uma nobre exclusividade do governador do Estado de São Paulo. Existe uma estrutura de nomeações de cargos, de troca de favores, de competição pelo poder e de clientelismo, que fazem da USP uma universidade cada vez menos pública, em consequência de sua estrutura anti democrática.

E essa estrutura se reflete em todos os institutos da USP, inclusive aqui na Biologia. Pouquíssimos estudantes podem participar e votar nos conselhos onde as decisões são tomadas. Na eleição para diretor do IB somente oito estudantes têm direito a voto. Além disso, a decisão final do novo diretor fica na mão da reitora que escolhe um nome dentro de uma lista de 3 nomes tirada no processo eleitoral no IB.

## A\$ Fundação\$: univer\$idade para quem?

A USP possui mais de 30 Fundações “de apoio”, empresas privadas que se utilizam do dinheiro público para produzir conhecimentos técnicos lucrativos, e se apropriar do patrimônio, na maioria das vezes de maneira irregular (como foi descoberto na UnB). Isso faz com que a USP fique sujeita a interesses particulares, que prejudicam características importantes da universidade pública: a autonomia da produção de conhecimento e a necessidade da decisão pública e democrática. Estes interesses particulares, que detêm poder econômico dentro da universidade pública, favorecem uma USP cada vez mais a serviço do mercado e cada vez menos a serviço da sociedade. As mais de 30 empresas privadas que se alojam dentro da USP são responsáveis por um enorme direcionamento da

## Chapa: Romper o dia e anunciar a primavera! - RNAm especial V congresso

pesquisa e do ensino, no sentido do incremento de seus lucros. Ao contrário, defendemos uma universidade que produza conhecimento público e transformador, que dê respostas sociais à população que a financia. Para isso, o financiamento da universidade deve ser público. Defendemos o aumento do repasse do Estado para a educação pública em geral.

Outra face desse mesmo problema são os diversos convênios que a USP vem firmando com empresas. O mais recente deles e que terá bastante impacto aqui na Biologia é um convênio com a empresa Monsanto que fornecerá bolsas de pré-iniciação científica para estudantes de ensino médio. A idéia parece boa mas se olharmos no contrato, a Monsanto é quem irá decidir para quem vai as bolsas e que tipo de pesquisa será feita. Com isso ela sairá com a imagem de empresa boazinha. E o que a USP ganhará com isso?

### **O vestibular como “filtro social”**

A USP não é só anti democrática internamente. É também excludente em relação à sociedade. Cada vez mais a universidade pública é impermeável à sociedade, e a juventude de escola pública é excluída pelo vestibular. Hoje 75% dos alunos da USP vêm de escolas particulares e menos de 13% são negros. A Reitoria propôs a criação do INCLUSP, um programa que fornece 3% de bônus na nota da FUVEST ao candidato proveniente de escola pública. Entretanto, existe um processo de queda brusca do acesso de alunos provenientes de escola pública na USP, e um bônus de 3% é completamente insuficiente para reverter esta queda. O movimento social da universidade carece de uma proposta de democratização do acesso à Universidade Pública. As cotas podem ser uma alternativa, desde que seja provisória. O investimento público na escola básica pública é outra necessidade democrática.

Por tudo isso que colocamos aqui, gostaríamos de convidar todas e todos da comunidade IB a participarem do V Congresso da USP para discutirem com a gente e com toda a USP as nossas propostas de mudanças para a nossa universidade.

**Integrantes da chapa Romper o Dia e anunciar a primavera!:**

**Juliana “Jundi” (04D)**

**Idalício “Heineken” (04N)**

**Apoiadores:**

**Fred (02N), Mai (03D), Tati Pavão**

# Chapa: Construção

## ‘Construir o V Congresso para avançar rumo à Universidade Popular’

### O significado do V Congresso

Durante a ocupação do ano passado, ficou evidente a grande necessidade de toda a comunidade USP discutir mais profundamente quais os rumos tomados pela universidade ao longo da sua história, em especial nos dias de hoje. Isso porque a comunidade USP ainda não possui um projeto próprio de universidade. No cotidiano, a impressão que temos é que, por exemplo, a cada novo projeto inserido na universidade, as discussões parecem sempre começar do zero. Quando falamos disso, não estamos defendendo uma análise dogmática. Mas parece que acumulamos muito pouco com as experiências anteriores. Será que não podemos analisar os rumos da USP numa forma mais ampla? Nesse sentido, uma das reivindicações do movimento de ocupação foi a construção do V Congresso da USP. Nesse sentido, uma das reivindicações do movimento de ocupação foi a construção do V Congresso da USP. O espaço foi pensado na tentativa de aprofundar o debate sobre os temas hoje mais relevantes à universidade: pesquisa, ensino e extensão; expansão, acesso e permanência estudantil; financiamento da universidade; fundações ‘de apoio’; e estrutura de poder na universidade.

### Projeto de Universidade – A Universidade Nova

Há alguns anos um novo projeto de universidade, idealizado na União Européia (consolidado no Tratado de Bolonha), começou a ser implementado no país. Tal projeto é hoje chamado de ‘Universidade Nova’. Na tentativa de adaptar o ensino superior à produção flexível (ou toyotismo), várias reformas e programas começaram a ser propostos e, no final, implantados.

Na maioria das universidades européias e americanas já notamos elementos avançados da Universidade Nova. Nesses países, boa parte das faculdades apresenta uma grade curricular com ciclo de introdução demasiadamente amplo (do tipo ‘Curso de Biológicas’), seguido de uma rápida especialização em um determinado assunto. Nesse ciclo de introdução, o aluno acaba apenas ‘sabendo um pouco de cada coisa’. Ou seja, a crítica presente aqui diz respeito ao conteúdo da grade curricular e não a sua forma (a Bio apresenta uma graduação dividida em ciclo básico e ciclo avançado e nem por isso consideramos essa grade como parte do projeto da Universidade Nova).

Pensando, então, no conteúdo da graduação desses bolsões, vamos imaginar um curso junto com alunos de Farmácia, Medicina, Veterinária, Nutrição... Será que a pequena especialização posterior seria suficiente para formar criticamente os estudantes?

Na realidade, essa interdisciplinaridade rasa serve à flexibilização da produção, pois permite a formação de uma massa de profissionais com uma pequena especialização e com conhecimentos elementares em um número maior de temas.

Entretanto, com esse ciclo introdutório, inicia-se uma maior cisão entre o ‘mundo técnico’ e o ‘mundo da formulação’. Ou seja, divide a sociedade entre os que formulam e os que aplicam. Os alunos desses ‘bolsões’ são pouco preparados para uma formação mais crítica, para formulação. Essa formação é preservada em poucos centros de excelência ainda existentes. Assim, respondendo às novas estruturas produtivas, formam-se muitos alunos no ‘mundo técnico’ e um pequeno e ‘suficiente’ número de alunos no ‘mundo da formulação’.

Além disso, mesmo no mundo da formulação, algumas propostas são colocadas, como, por exemplo, a cobrança de ‘ultra-produtividade’ de artigos. Na USP, por exemplo, essa idéia já vigora: os professores são avaliados mais pela quantidade do que pela qualidade de suas publicações. A idéia é que uma maior quantidade de produção serviria bem para o interesse da produção flexível.

Por fim, seriam interessantes alguns detalhes que ilustram os problemas da Universidade Nova. Poderíamos citar os mestrados europeus, a produção científica chilena e a USP-Leste.

No primeiro caso, um dos programas aplicados na Europa envolve os ‘mestrados de curta duração’. Esses mestrados mais se assemelham a um trabalho de conclusão de curso (TCCs), apresentando, portanto, qualidade questionável. Como consequência, esses mestrados acabaram não reconhecidos em países como o Brasil.

No caso do Chile, o primeiro país da América Latina a adotar características da

Universidade Nova, a grande cisão entre 'mundo técnico' e 'mundo de pesquisa' dentro das universidades e a cobrança de 'ultra-produtividade' se iniciam desde a década de 80. O resultado dessa política coloca o Chile hoje como um dos maiores produtores de artigos da América Latina, mas com o menor número de citações. Ou seja, produção alta, mas com qualidade baixa.

Já quanto à USP-Leste, a idéia de cursos mais técnicos é nítida. Surgem, por exemplo, os cursos de obstetrícia e de gerontologia. No curso de gerontologia, estuda-se também psicologia e sociologia do idoso. Assim, os cursos são específicos em seu objeto de estudo, mas apresentam um ciclo introdutório mais amplo, da mesma maneira que os 'bolsões' europeus e norte-americanos. Formam-se assim obstetras e gerontólogos, mas não médicos no sentido usual. Adquire-se um conhecimento geral de medicina e de outras áreas, seguida de uma rápida especialização, que, no final das contas, pouco levará à formação de profissionais críticos e sim principalmente à formação de técnicos que seguirão alguma cartilha recomendada durante o curso.

Por fim, é importante ressaltar que se houve nos últimos anos uma flexibilização da produção, houve também flexibilização na concepção do que é ou não é mercadoria. A educação cada vez menos é tratada como um bem público para se tornar um bem de mercado. Cursos como marketing da USP-Leste representam o problema de forma escancarada. Entretanto, esse tratamento de mercado é generalizado.

## **Um projeto alternativo – Universidade Popular.**

Quando consideramos que a USP é uma universidade pública financiada com os impostos de toda a população, torna-se mais do que razoável defendermos que essa mesma universidade tenha, mais do que um compromisso com o mercado, um compromisso com a sociedade. Desejamos sim que a universidade nos possa servir à entrada do mundo do trabalho, mas não que se resuma a isso. O ensino superior deve ser local de elevação cultural, de pesquisa e reflexão crítica. Assim, como alternativa ao projeto de Universidade Nova surge o projeto que muitos chamam de 'Universidade Popular'.

Tentaremos agora detalhar nos eixos do V Congresso as contradições entre o projeto de Universidade Nova e o projeto de Universidade Popular.

## **Pesquisa, ensino e extensão.**

Boa parte do movimento estudantil cobra hoje uma 'indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão' como se hoje esses pilares estivessem separados na prática. Na realidade, eles estão sim unidos. O problema é que essa união se dá fora da Universidade, no ciclo de produção e não no ciclo da formação e disseminação do conhecimento. Assim, mais do que cobrar que os pilares estejam integrados, devemos cobrar que eles tenham um sentido público. Para isso, precisamos analisar cada pilar separadamente.

### **Ensino.**

O ensino e a pesquisa são pilares por essência integrados. Afinal, não se ensina o que ainda não se pesquisou. O ensino precisa ter duas características bastante importantes: suprir a necessidade de conhecimento em ciência básica, dando assim suporte para a formação crítica do estudante, e também suprir a necessidade de conhecimento em ciência aplicada, propondo soluções relacionadas aos problemas da população. Dessa forma, apesar da grade curricular do IB possuir suas qualidades, algumas sugestões parecem positivas. Seria interessante, por exemplo, que um curso de biologia no Brasil contasse, por exemplo, com a disciplina de 'Parasitologia tropical'.

Quanto à licenciatura, nós estudantes da Bio estamos hoje diante de uma questão bastante delicada: a proposta de licenciatura à distância. Inicialmente esse curso de licenciatura seria destinado a professores da rede pública de ensino básico. Mas inclusive já foi levantada a possibilidade de, depois de alguns anos de projeto, essa licenciatura ser destinada aos estudantes do próprio IB.

A proposta vem com a argumentação de que há cada vez maior defasagem no número de professores no ensino básico público. Entretanto, não dizem que o número de professores no mercado de trabalho é bastante superior ao necessário para a resolução do problema. O que ocorre é que os

professores não estão interessados em lecionar no ensino público, por todos os problemas que a rede pública apresenta.

O ensino à distância, que também se estabelece com outro discurso – o da universalização do conhecimento –, na realidade funciona justamente para garantia da formação de força de trabalho barata e com conhecimento técnico estritamente necessário para a inserção no mundo do mercado.

Por mais que boa parte dos professores de ensino básico não queira hoje trabalhar na rede pública, com a proposta de formação em massa de profissionais pelo ensino à distância, alguns professores terão que se sujeitar a piores condições de trabalho e de remuneração. Esses professores serão provavelmente os que tiveram pior formação: os professores lecionados por 'ensino à distância', que pouco presenciaram aulas em seus cursos e então pouco conhecem na prática o que é ou não uma boa aula. Ainda, a ausência de debate profundo e constante, a ausência de um espaço que garanta bibliotecas, laboratórios e espaços de experimento e discussão inviabiliza a formação científica daqueles que se submetem, por necessidade e falta de escolhas, a um sistema como os cursos de formação à distância.

A crise do ensino público deve ser resolvida por políticas mais sérias e que enfrentem a raiz dos problemas. Não achamos que a formação de pior qualidade para os professores do ensino básico público camuflada em jargões vazios de 'universalização do conhecimento' represente o caminho acertado.

## **Pesquisa.**

No plano da pesquisa, a USP apresenta hoje diversas contradições. Há um bom tempo, muitas linhas de pesquisas começaram a ser orientadas e criadas segundo necessidades específicas de determinadas empresas. Hoje na Faculdade de Farmácia, por exemplo, linhas de pesquisa sobre malária perderam espaço para linhas como de desenvolvimento de botox.

Essa política é mais nítida no projeto intitulado 'USP-Inovação' desenvolvido pela FAPESP e com o objetivo de - segundo as próprias palavras da apresentação do projeto – 'identificar, apoiar, promover, estimular e implementar parcerias com o setor empresarial, governamental e não-governamental na busca de resultados para a sociedade', sem no entanto dizer claramente quais seriam esses resultados. Na Veterinária, por exemplo, uma empresa, utilizando-se os recursos humanos e infra-estruturais da universidade, orienta uma linha de pesquisa sobre maciez de carne.

Para a Bio, tramita no Conselho de Pesquisa da USP um projeto de convênio USP-Monsanto referente a um projeto de pré-iniciação científica para alunos do ensino médio. No projeto consta a seguinte cláusula: 'Caberá à MONSANTO: (ii) Supervisionar o bom andamento deste Convênio, inclusive a educação e o acompanhamento científico que estão sendo oferecidos'. Além disso, o total do valor do projeto, 220 mil reais, seria apenas para pagar as bolsas dos alunos. A Monsanto usaria os laboratórios, os docentes, o nome da universidade, supervisionaria o projeto e pagaria apenas as bolsas.

Além disso, a política de patentes da Universidade apresenta-se bastante equivocada. A maior parte dos direitos são destinados às empresas integrantes do convênio e ao pesquisador em particular. Pouco fica com a universidade e com o instituto.

Assim, apesar de na teoria serem as necessidades científicas (já que a ciência se constrói com o desenvolvimento da ciência básica) e as demandas da população (já que a universidade é pública é sustentada com impostos da população) que deveriam direcionar o funcionamento da universidade, o que se vê hoje na USP é uma grande ingerência de grupos particulares orientando a política da universidade.

## **Extensão.**

A extensão foi sempre considerada o 'pé manco' do tripé. Mas, seguindo a linha de raciocínio de que todos os pilares estão integrados em um projeto, a extensão hoje é representada principalmente pelas 'fundações de apoio'. Apesar de louváveis e importantes, os reais projetos de extensão hoje pouco são estimulados. Ao invés disso, tenta-se dar suporte ideológico às fundações 'de apoio' colocando-as como projetos de extensão.

A extensão não deve ser considerada, como é hoje, um mero apêndice da universidade. A extensão é um ponto fundamental para o funcionamento de uma universidade popular. Não por apenas levar à população o que é produzido na universidade, mas também pelo inverso. É justamente a extensão o meio mais apropriado da comunidade universitária conseguir absorver as demandas sociais

– elemento importante na determinação dos rumos que uma universidade pública deve tomar. Não é, por exemplo, apenas a oferta de atendimento médico e garantia do espaço de estudo para futuros médicos, no Hospital Universitário ou no Hospital das Clínicas, mas a utilização destes hospitais para o mapeamento de doenças mais comuns e formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, quando as políticas que determinam a essência do ensino, da pesquisa e da extensão forem reorientadas analisando as demandas da população, o tripé ensino-pesquisa-extensão se coloca não mais no âmbito empresarial, mas sim no âmbito das demandas populares.

## **Expansão, acesso e permanência estudantil.**

### **Acesso**

A preocupação com o acesso ao ensino superior é ponto crucial para a construção de uma universidade popular, voltada para o desenvolvimento social. Mesmo com um redirecionamento da política de extensão, enquanto o acesso não for universalizado, a conexão academia-sociedade será bastante deficiente, uma vez que a primeira não conhecerá plenamente a realidade da segunda e pouco irá se propor a mudar positivamente tal realidade.

Segundo as estatísticas da FUVEST-2008, 60,7% dos inscritos no processo seletivo e 70,9% dos integrantes da 1ª chamada fizeram seu ensino médio apenas em escolas particulares. Do lado oposto, alunos que cursaram seu ensino médio apenas em escolas públicas municipais e estaduais representavam 31,9% dos inscritos e 20,3% dos matriculados. Nota-se assim uma clara disparidade entre o desempenho na FUVEST dos alunos de escolas públicas e privadas.

### **Inclusp**

Inspirada no PAAIS (Programa de ação afirmativa e inclusão social) da Unicamp, a Pró-Reitoria de Graduação e o Conselho Universitário da USP desenvolveram o programa de inclusão social INCLUSP aprovado em 2006. Em documento oficial, a USP, ao tratar do INCLUSP, se posiciona da seguinte maneira: 'Reafirma também a importância social e acadêmica de ter, em todos os seus cursos, uma representação social, cultural e étnica mais consoante com a sociedade multicultural em que vivemos, assegurando que todas as opiniões se façam presentes ao longo da vivência acadêmica dos estudantes, bem como a diversidade na produção do conhecimento'.

Nesse programa, os alunos do ensino médio público recebem 3% de bônus nas suas notas na primeira e segunda fase do vestibular da FUVEST. Essa bonificação foi importante para inverter uma tendência de queda, iniciada em 2005, no número de ingressantes de escolas públicas (em parte causada pela significativa diminuição na proporção de inscritos oriundos de escolas públicas). Pelas expectativas, o número desses ingressos cairia de 2448 na Fuvest-06 para 2385 em 2007 e 2338 em 2008. No entanto, em 2007, a tendência foi revertida com 2716 ingressos.

No caso do desempenho de todos os alunos beneficiados com o programa, foi divulgado nesse ano o levantamento realizado pela Pró-Reitoria de Graduação. As médias dos alunos beneficiados pelo INCLUSP no ano passado – 6,3 – foram ligeiramente maiores que a média da Universidade – 6,2. Ainda, esse melhor desempenho ocorreu de maneira ampla: em 64 cursos (54,2% do total) da USP, os ingressantes beneficiados pelo INCLUSP tiveram média superior ou igual à média dos seus respectivos cursos.

Entretanto, se os resultados de desempenho são positivos, os novos resultados para acesso são decepcionantes. Mesmo com a atual meta conservadora do INCLUSP – de aumentar a fatia para apenas 30% do total de ingressos –, em 2008 o número de ingressos, 2713, se manteve praticamente igual ao do ano anterior. Ficou nítido que a forma atual do INCLUSP não seria capaz de avançar mais.

Assim, o Conselho de Graduação, em sessão de 27 de março de 2007, aprovou mudanças na Fuvest-2009, aprimorando o INCLUSP, mais especificamente, ampliando o bônus, através da adoção do Programa de Avaliação Seriada da USP (PAS-USP) nas escolas da rede estadual de ensino médio regular de São Paulo. O desempenho dos estudantes que optarem por participar do PAS-USP se traduzirá em bônus adicional de até +3%, proporcional ao resultado obtido na prova. O principal objetivo do programa é aproximar a USP das escolas públicas da rede estadual de ensino e logo estimular a participação dos estudantes dessas escolas na FUVEST.

Ainda, além da aplicação do bônus universal de 3% e do bônus qualificado pelo desempenho do estudante no PAS-USP, haverá um novo bônus de até 6% proporcional ao desempenho do estudante no ENEM, o que resulta em um bônus de até 12% para candidatos ao Vestibular da USP provenientes de

escolas públicas.

Por mais que os atuais resultados do INCLUSP tenham em maior grau apenas revertido a tendência de queda, espera-se que as novas mudanças possam propiciar resultados mais expressivos. Havendo essa possibilidade, seria interessante tratar o INCLUSP como um mecanismo institucional que poderia trazer algumas contribuições, sem esquecer que tal programa é por natureza limitado.

Entretanto, o Includp se propõe a ser mais do que um aumento de bônus no vestibular, apresentando na teoria diversas outras ações propostas. Assim é interessante analisá-lo mais detalhadamente.

## **Ações propostas pelo Includp**

### **Ações antes do ingresso**

As ações antes do ingresso consistem em: promover ações voltadas para escolas e professores do ensino médio público (desenvolvimento e oferecimento de materiais didáticos, cursos de extensão para atualização de professores, entre outros); conceder bolsas e atribuir créditos a alunos da USP envolvidos em atividades de escolas públicas; ampliar e divulgar o 'Projeto Universidade e as Profissões' além de outros eventos da universidade; apoiar cursinhos preparatórios de caráter comunitário.

Essas propostas são bastante positivas e dão um novo sentido para a extensão, mas, infelizmente, pouco saíram do papel.

### **Ações no vestibular**

As ações durante o processo de vestibular envolvem, por exemplo, aumento da oferta de cursos e vagas no período noturno. O aumento de vagas é ponto essencial na defesa de uma democratização do acesso ao ensino superior. O vestibular só existe por uma incompetência do Estado em formar criticamente os alunos do ensino médio e em conceder um ensino superior universal (como nos demais níveis de ensino). Entretanto, esse aumento de vagas deve ser realizado de maneira sistemática e planejada e não pela expansão sem correspondente aumento dos investimentos para a educação como foi no caso da criação da Usp-Leste e da incorporação da Faculdade de Lorena.

Nesse sentido também é importante destacar que no mesmo tópico de ampliação de vagas, há o item 'Criar cursos de graduação semipresenciais e à distância', ponto que entra em discordância com a retórica meritocrática e de ensino de qualidade que a Reitoria tanto prega. Assim, a Reitoria se comporta de maneira finalista: defendendo uma proposta que amplia o acesso, só que de maneira irregular e com qualidade questionável.

Além disso, outras ações durante o ingresso incluem a realização de modificações imediatas no Vestibular, como a tentativa de aprimorar a abordagem interdisciplinar na Fuvest. Tal tentativa, segundo boa parte dos ingressantes em 2007 e 2008, ficou longe de ser atingida. Vale destacar que a abordagem interdisciplinar com questões que priorizem o que os psicólogos chamam de 'inteligência fluida' – em oposição à 'inteligência cristalizada' – é considerado por muitos especialistas em educação como uma estratégia para modificar o perfil sócio-econômico no ensino superior. No caso do vestibular da Unicamp, por exemplo, há mais de dez anos, com exceção dos vestibulares de 2003 e 2004, o número de matriculados oriundos de escolas públicas condiz com o número de inscritos dessas mesmas escolas, sendo que o formato da prova da Unicamp é considerado uma das explicações para esse efeito.

Entretanto, é importante ressaltar que analisar o número de matriculados na UNICAMP é diferente de analisar o desempenho geral dos inscritos e, mais do que isso, esquecer o principal: a baixa procura dos estudantes de escolas públicas por esses vestibulares. Nos últimos anos, houve significativa queda do número de inscritos oriundos de escolas públicas tanto na Comvest quanto na Fuvest. Essa menor procura por inscrição tem como um dos principais motivos a implantação do ProUni, o que estimulou a procura por universidades privadas e ironicamente diminuiu o interesse do aluno de escola pública por uma universidade pública. A essas explicações soma-se a cultura de auto-exclusão dos estudantes do ensino médio público em relação aos vestibulares das mais concorridas universidades públicas, uma auto-exclusão mais do que coerente se analisarmos o nível de ensino básico público atual. É por isso que o programa Includp é duplamente limitado: porque ele depende de progressos nos níveis básicos e, como não há perspectiva de universalização do acesso à universidade, ele simplesmente realiza a gestão das vagas insuficientes.

## Ações após o ingresso

Algumas propostas levantadas foram 'Integrar ensino, pesquisa e extensão na graduação' e 'Valorizar a convivência universitária a fim de concretizar a integração entre os campos do conhecimento' – duas propostas a saber corretas. Entretanto, enquanto a primeira se mostra com projetos de extensão pouco definidos em comparação aos projetos envolvendo pesquisas (inclusive os projetos de pré-iniciação científica como é o convênio proposto entre USP e Monsanto), a segunda ainda parece vaga, com poucas sugestões práticas de como alterar a natureza hoje bastante fragmentada da ciência, em que os campos de conhecimento são colocados cada um em sua respectiva 'garrafa'.

## Permanência

O programa Includ também analisa o financiamento da política de permanência. Entretanto, para tanto, propõe um 'Fundo de Bolsas, sendo que os recursos poderão ser obtidos de diversas fontes: com o orçamento da USP; governos municipal, estadual e federal; agências de fomento; iniciativa privada – principalmente daqueles empreendedores instalados no *campus*, como é o caso dos bancos -; fundações que se beneficiam dos recursos humanos e materiais da USP; doações de ex-alunos e doações de maneira geral'.

Essa proposta soa irresponsável por duas razões principais: 1) não traça uma linha orgânica de financiamento para a política de permanência da universidade, onde o financiamento público é colocado praticamente como eventual; 2) No caso do financiamento privado, abre-se a possibilidade de apoio estratégico às fundações. Nega-se a extrema necessidade de se discutir a presença dessas na universidade e ao mesmo tempo concede a elas a oportunidade de adquirir 'status quo' como 'generosa fundação de apoio'. Cria-se assim um novo suporte político às fundações.

Quanto a essa busca de financiamento para a política de permanência, faz-se necessário analisar uma outra proposta colocada na Pró-Reitoria de Graduação e que sugere uma diminuição do tempo necessário para o jubramento de alunos. Ironicamente, pode-se deduzir o quão escasso é o real conhecimento das causas dos problemas de evasão e como algumas propostas posteriores – como essa do INCLUSP – parecem existir muito mais por roupagem do que por uma constatação séria.

Na proposta de mudança das regras de jubramento, ao invés de um estudo profundo e que considere o perfil sócio-econômico dos alunos, as defesas se baseavam em uma subjetividade – no que se refere à falta de dados -, com argumentos como 'desinteresse' por razões 'individuais'.

Com a proposta bastante criticada, a Pró-Reitoria de Graduação encomendou um estudo detalhado pela FEUSP sob coordenação dos professores Dr. Romualdo Portela de Oliveira e Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Zákia Lian Sousa.

## Evasão e permanência prolongada

Nesse estudo, os pesquisadores apontam 'a atividade profissional como o principal motivo para a permanência prolongada no curso', sendo a 'a atividade profissional apresentada como motivação maior para estudantes oriundos de escola pública (42,7%) do que os de escola privada (37,2%).

No conceito de *permanência prolongada*, os pesquisadores incluem 'estudantes que seguram até o segundo semestre sem matrícula, os que ficam três semestres sem concluir crédito algum e os que concluem em três semestres menos de vinte por cento dos créditos matriculados'.

Ainda, o estudo aponta que 'questões familiares apareceram como motivação para sua situação de permanência prolongada para 19,6% das mulheres e 11,4% dos homens'.

Outras causas citadas para a permanência prolongada no curso são a 'defasagem na formação exigida pelo curso, especialmente o domínio de uma língua estrangeira', o 'fato do curso não ser o que esperavam', 'infra-estrutura da instituição e do curso' como, por exemplo, problemas com falta de docentes e com salas de aula superlotadas.

Assim, apesar de uma série de ações como subsídios à alimentação, auxílio moradia, bolsas trabalho e a existência de cursos noturnos, essas ainda se mostram insuficientes para a resolução dos problemas.

Quanto à política de bolsa-moradia no campus Butantã, por exemplo, uma constatação importante: apenas metade dos inscritos no COSEAS para o programa é contemplada, já que o número de vagas é insuficiente. O aluno que não é beneficiado fica obrigado – se quiser continuar seus estudos – a pagar um aluguel de quarto de pensão próxima a USP no valor aproximado de um salário mínimo,

pagamento muitas vezes inviável ao estudante.

Além disso, a bolsa trabalho tem grandes complicações. Na pesquisa, os alunos entrevistados colocavam que para o acompanhamento do curso precisariam, além de tentar diminuir a sua defasagem inicial de formação, cumprir uma alta carga horária do programa bolsa trabalho, o que prejudicaria o seu desempenho acadêmico.

Quanto aos problemas de infra-estrutura que diretamente influenciam o perfil sócio-econômico da evasão podemos citar aqueles de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas (com freqüentes faltas de livros-texto fundamentais ao acompanhamento do curso) e a exigência de materiais de uso pessoal como aventais e apostilas. Tais problemas sobrecarregam ainda mais o orçamento dos alunos mais carentes da universidade.

Por fim, algumas questões como a necessidade de 'ampliação dos cursos extracurriculares em línguas estrangeiras' e a necessidade de adequação didática e de comportamento de muitos docentes da USP parecem ser problemas com soluções mais rápidas e que foram sugeridos pelo estudo.

## **Financiamento da Universidade.**

O financiamento de uma universidade não é apenas um ponto a ser tratado brevemente. Não é apenas a fonte de garantias materiais para a viabilidade da universidade. É, na realidade, a própria determinação do que será a universidade. Por exemplo, um financiamento privado define o próprio funcionamento do órgão para interesses privados. Isto ocorre, pois sendo uma universidade financiada por uma entidade privada, o funcionamento das pesquisas, do ensino e da própria extensão fica a depender dos interesses arbitrários de um grupo restrito de pessoas. Assim, a defesa de um financiamento público é fundamental não só para propiciar as condições materiais de funcionamento da universidade, mas também é elemento essencial na construção de uma universidade realmente pública.

Infelizmente, principalmente a partir da década de 90, ocorreu uma multiplicação das escolas e das universidades sem que houvesse um aumento das verbas para educação, gerando o atual sucateamento de boa parte da educação brasileira. No caso da USP e das demais universidades públicas do Estado, as verbas são baseadas na arrecadação de ICMS do estado. Há um bom tempo, a comunidade universitária cobra um aumento da importância do ICMS no orçamento da educação, mas esse aumento é constantemente vetado pelo Executivo. Esse aumento serviria para a melhoria de infra-estrutura de certos cursos, para um aumento da política de permanência da universidade e inclusive para um aumento de vagas na universidade. Inclusive um estudo do PNE (Plano Nacional de Educação) indica que um investimento em torno de 7% a 8% do PIB seria um valor mínimo inicial para a mudança das condições educacionais no país e propõe a eliminação de isenções fiscais justamente dos impostos mais importantes para os setores sociais (em São Paulo, por exemplo, há alguns anos se iniciou uma política de isenção do ICMS para certos produtos, impedindo um possível aumento do financiamento para a educação).

No entanto, um caso mais específico relacionado ao financiamento e que pode ser uma pauta mais propícia para mobilização dentro da universidade diz respeito à questão de aposentadorias na USP: os inúmeros salários de professores aposentados da USP são pagos pela própria universidade. Isso significa na prática que para cada professor aposentado a USP aumenta seu gasto, primeiro por continuar pagando o salário de tal professor, e segundo por pagar o salário de novos professores contratados para substituir o aposentado. O problema central aí colocado se dá então na defesa de que a USP não seja mais responsável pelo pagamento das aposentadorias de seus funcionários, mas sim que estas aposentadorias estejam naturalmente na responsabilidade do INSS. Essa questão mais específica de financiamento pode ser, por exemplo, uma reivindicação importante para o aumento das verbas para a universidade.

## **Fundações de 'apoio'**

As fundações privadas, sob o argumento de que investem na faculdade que estão inseridas, exploram o conhecimento produzido socialmente, os meios materiais da USP e o corpo docente. No entanto, apenas 1% de tudo que é arrecadado por tais fundações acaba nas mãos da USP. O restante fica para os administradores da fundação.

As próprias patentes dos conhecimentos desenvolvidos por pesquisas que envolvam fundações acabam por se tornar segredo, e nem mesmo os professores participantes do processo de pesquisa

podem divulgar as suas descobertas. Ora, tal mecanismo contraria o princípio de universidade pública. A patente em qualquer situação na USP deveria ser pública e com os possíveis rendimentos todos para a universidade.

Isso não quer dizer que somos contra qualquer tipo de fundação. Convênios com fundações públicas – que beneficiem ambas as partes e que estabeleçam uma patente pública com conhecimento desenvolvido publicizado – é sim algo a se pensar. O Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz parecem ser exemplos para essa proposta.

## **Estrutura de poder na universidade.**

Criado na época do regime militar, o conselho universitário (CO) – que conta inclusive com representantes das Federações de Agricultura, do Comércio e das Indústrias do Estado de São Paulo – é mais do que uma mera instância deliberativa, mas também um grupo formulador da política da universidade. Aliás, foi esse o objetivo de sua criação.

Dessa forma, uma vez que um pequeno grupo determina quais serão as políticas da USP a respeito de todos os pontos levantados nessa tese, podemos afirmar que o CO fere a autonomia universitária defendida na constituição. Segundo o atual estatuto da USP, “o Conselho Universitário é o órgão máximo da USP, com funções normativas e de planejamento, cabendo-lhe estabelecer a política geral da Universidade para a consecução de seus objetivos” (artigo 16).

É por isso que os debates do V Congresso não devem se resumir à questão democrática. Devemos entender os projetos que são constantemente estabelecidos pelo conselho universitário. Caso contrário, corremos um sério risco: iniciamos uma campanha de ‘democracia por democracia’. A campanha de democracia isolada é ineficaz. Várias universidades federais seguiram esse rumo e mesmo com a conquista de um aumento da representatividade nos fóruns de decisão, os projetos de universidade nova continuaram com força.

Assim, uma defesa romântica de democracia é inapropriada. Precisamos demonstrar que essa democracia é importante na prática. E isso só é possível quando analisamos detalhadamente cada eixo, cada assunto, cada projeto da universidade. Pois é só a partir dele que entendemos a necessidade de democracia e é só a partir dele que podemos, numa eventual democratização dos fóruns, trabalhar construtivamente, propondo e atuando para o desenvolvimento de uma nova política de universidade.

## **Perspectivas do V Congresso**

Segundo o atual Estatuto da USP, o V congresso só pode ser uma ‘instância consultiva que visa debater a função, estrutura e organização da Universidade de São Paulo’. Ou seja, apesar de ser um evento de debates realizados coletivamente, suas eventuais propostas estão sujeitas à aprovação ou não pelo CO.

Assim, o V Congresso é só a primeira etapa do processo defendido na ocupação do ano passado. Precisamos nos mobilizar para que as propostas trabalhadas em conjunto no Congresso possam se tornar realidade.

Aliás, mais do que isso. Junto à possível defesa de uma nova Estatuinte e reforma de estatuto pelo V Congresso, o CO desde o início do ano formula a sua reforma de Estatuto. O CO apenas espera o fracasso do V Congresso – aliás, aqui faz sentido o porquê da péssima data para o V Congresso – para agilizar a aprovação dessa reforma. Nela, os processos de eleição de reitor, por exemplo, passam a ser ainda mais restritos: diminuem a possibilidade de candidatura mesmo dentro do CO. Ou seja, a reforma do CO não muda em nada a essência atual de concentração de poder.

Da mesma forma, a baixa mobilização do III Congresso da USP, realizado em 1987, teve como consequência o atual estatuto da universidade, que abriu espaço para as fundações privadas, implementou o regime acadêmico ‘produtivista’ e diminuiu ainda mais o poder de decisão dos departamentos.

Não achamos que todas as propostas colocadas aqui seriam completamente resolvidas pela mudança das estruturas do CO. Muitas das questões envolvem processos que se dão fora do âmbito da universidade. Mas é certo que enquanto tivermos um conselho restrito determinando toda a política da universidade, nossos objetivos, por menores que sejam, não se tornarão realidade.

E para enfraquecer o conselho universitário, está aí o V Congresso. Nele, funcionários, professores e estudantes e as entidades ADUSP, Sintusp, DCE, APGs e CAs podem se organizar, se mobilizar e formular novas políticas para a USP. Por tudo isso, é o V Congresso o espaço para a

consolidação de um grupo realmente amplo que questione o poder político do CO e que se coloque como uma nova alternativa política.

**Integrantes da chapa “Construção”:**

**Juliano “Xuxu” Polidoro (06D)**

**Marcelo Valpeteris (06D)**

**Flávia “Flavião” Ferrari (04N)**

**Thiago “ComGa” da Silva (08N)**

**Yvan “Carimbo” Dutra (03D)**

**Júlio “Piuí” Oliveira (06N)**

**Gustavo “Busa” Busanelli (06N)**

**Júlia “Amarula” Barbosa (07D)**

**Rodrigo “Xaninha” Gusmão (02D)**

**Amanda “Pexão” de Carvalho Costa (08N)**

**Apóiam essa chapa:**

**Dayan “Puto” Sansone (01N)**

**Guilherme “Pato” Garcia (02D)**

**Rafael “Espóque” Melhem (06D)**

**Maurício “Nada Mal” Pavani (03N)**

Este material é apenas uma síntese de uma tese escrita por pessoas de diversos cursos. Caso tenha interesse em ler nosso material completo, entre em contato com alguém da chapa ou mande um email para [paguinha@bol.com.br](mailto:paguinha@bol.com.br) ou [julianopolidoro987@hotmail.com](mailto:julianopolidoro987@hotmail.com)



**Este jornal é uma  
publicação do  
SPHN-CABio**